



## **Associações indígenas e a BR-156: a luta pela preservação da Terra Indígena Uaçá**

ANDERSON LUIS AZEVEDO DA ROCHA\*

DANILO CAETANO MENDES\*\*

**Resumo:** As associações indígenas têm o objetivo de representar os índios nas diferentes esferas públicas. A questão política é uma das mais importantes tratadas por essas instituições. A pesquisa busca refletir sobre o papel das associações no estado do Amapá, região da TI Uaçá no Oiapoque, onde convivem povos diferentes, mas com demandas em comum no contexto atual, que são os Karipuna, Palikur e Galibi Marworno. Desta forma, o trabalho objetiva a análise da participação e representatividade da APIO (Associação dos povos indígenas do Oiapoque) nas discussões acerca da questão territorial, focando no conflito da rodovia BR-156 que atravessa a TI e provoca inúmeros impactos e problemas na região. Serão utilizadas como fontes atas de reuniões e assembleias indígenas e pronunciamentos publicados pela associação entre os anos de 2004 a 2010 sobre a rodovia. Assim, pretende-se compreender como se dá a organização política dos indígenas para reivindicarem seus direitos territoriais garantidos por lei, e desconstruir os estereótipos de desorganizados e violentos que são direcionados a esses povos pela sociedade brasileira.

**Palavras chave:** Terra Indígena, Associações, Rodovia

### **Introdução**

Os modelos de representatividade no mundo ocidental passam por questionamentos bastante profundos atualmente. As críticas sobre a chamada democracia representativa demonstram insatisfações por parte da sociedade em geral, que vê cada vez mais esse padrão como limitado e decadente. Essa discussão faz com que autores clássicos do tema sejam revisitados, trazendo novas interpretações para o mundo contemporâneo, que visa um melhor entendimento dos aparelhos democráticos existentes atualmente.

As associações surgem como uma alternativa a esse sistema que compreende uma representatividade muitas vezes não sentida pela maioria da população, procurando integrar os grupos que não se sentem ouvidos e coloca-los como participantes ativos nas pautas políticas. Seguindo essa ideia, Lüchmann<sup>1</sup> afirma que:

---

<sup>1</sup> LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*. v. 20, nº 43, p. 59-80, 2012. P. 60



À luz de teóricos clássicos como Rousseau e John Stuart Mill, esse referencial enfatiza o caráter de autodeterminação dos cidadãos na condução da coisa pública, por um lado, e a dimensão pedagógica e transformadora da participação política, por outro.

Esses aparelhos de representação deliberam uma prática de busca pela identificação com um grupo, juntamente com as inquietações em comum que tal grupo carrega, além de estabelecer laços que fortalecem a união entre os integrantes associados que se sentem capazes de lutar pelos seus direitos. Desta forma, esse movimento acaba tendo um maior êxito por se fazer presente com maior robustez nas discussões acerca de suas exigências.

A contribuição para o desenvolvimento de uma participação maior da população nas práticas políticas é bastante percebida nessas instituições, pois elas aproximam os indivíduos para se fazer presentes em vários momentos de luta com objetivos em comum. Assim, as associações melhoram os aparelhos democráticos dos diferentes grupos, “Uma vez que a democracia diz respeito às garantias dos direitos individuais, entre eles, o direito de formar grupos e organizações tendo em vista a satisfação de interesses, a democracia contribui ‘naturalmente’ para a constituição das associações<sup>2</sup>. ”

2

São a partir dessas configurações associativas que os indígenas do Oiapoque estabeleceram suas resistências nas últimas décadas. Após anos de lutas, os povos indígenas passaram a se apropriar dessa prática política ocidental para buscarem um maior espaço no cenário político em que atuam. Esse movimento vislumbra receber mais atenção por parte do Estado e defender as suas reivindicações em torno das discussões territoriais e políticas que passaram a ser constantes para esses povos nos últimos tempos.

Para analisar esse contexto de significações dos povos indígenas é preciso entendê-los como sujeitos que agem de acordo com os seus ideais de mundo, envolvendo suas complexidades, contradições e evitando as imagens simplificadas de índio “mal” ou “bom”. Desta forma, ao visualizar os motivos que desencadearam a adesão a essas associações, devemos perceber o que pôde contribuir para que tais decisões tenham sido tomadas nessa conjuntura, como afirma Monteiro<sup>3</sup>:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que agiu brava, porém irracionalmente, à invasão europeia. Importa

---

<sup>2</sup> Ibidem. P. 63

<sup>3</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: Adauto Novaes (org.) *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999. P. 237-249. P. 248



recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam.

Então, entendemos os indígenas associados como grupos que se articulam e elaboram estratégias para solicitar melhorias por parte dos governos. Estes se identificam como parte do processo de construção de suas pautas e exigem cada vez mais serem consultados nas decisões tomadas a respeito dos povos que vivem no Oiapoque. Portanto, podemos afirmar que os indígenas dessa região têm um alto poder de organização e colaboram constantemente para o avanço dos diálogos com os diferentes órgãos estatais, demonstrando eficiência por parte das associações nesse sentido.

A associação aqui estudada será a APIO (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque), que corresponde aos quatro povos que vivem no município, que são: Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kaliña e Palikur. Cada grupo tem sua própria configuração social e cultural, tendo assim suas diferenças, entretanto, quando se trata das questões de terra e os projetos de desenvolvimento eles se unem para fazer suas reivindicações, que são comuns a todos eles. A partir disso, será visto como se dá esse processo no caso da BR-156.

### **As lutas diárias: território, identidades e lideranças**

A relação entre qualquer grupo com o território é marcada por incessantes trocas que permitem o estabelecimento de um povo em determinado local. Os indivíduos que povoam uma região lidam imperativamente com as particularidades que a compõem, como a sua condição climática, seu solo, fauna e outros componentes que configuram as interações do ser humano com o meio ambiente. Esse contato com o meio proporciona a construção de práticas materiais e culturais referentes a esses territórios, como afirma Pádua<sup>4</sup>:

De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas –, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social.

Conclui-se, então, que as construções de pensamento em torno do meio ambiente são inerentes aos diferentes povos no mundo, tendo cada povo sua convicção em torno do tema. No

---

<sup>4</sup> PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. P. 81-101. P. 83.



caso dos indígenas, existe um contato muito forte de significações culturais, religiosas, ancestrais e econômicas em torno da terra, o que a configura como determinante no cotidiano desses povos. Dessa forma, o território se torna um fator preponderante na construção de suas identidades, já que a sua relação com a terra vai para além da visão econômica ocidental.

De acordo com isso, é importante entender a identidade territorial dos povos indígenas do Oiapoque, pois é a partir dela que se entendem as práticas cotidianas ali existentes, como afirmam Bastos, Brito e Garcia<sup>5</sup>:

Nesse sentido, entendemos que a identidade territorial dos grupos do Uaçá constitui elemento fundamental para a compreensão dos modos de vida dos indígenas (identidade) e para referenciá-los e circunscrevê-los nos espaços onde vivem e constroem seus significados (território).

A terra constitui um elemento essencial das identidades de cada povo presente na região do Uaçá, pois demarca um espaço onde se relacionam entre si e com o ambiente. Essa forte afinidade justifica o empenho na proteção e preservação do território por parte dos indígenas, que, por meio das suas instituições e assembleias, elaboraram suas demandas e organizaram estratégias para lidarem com as problemáticas referentes a questão territorial causadas por não-índios.

Na TI Uaçá, localizada no município do Oiapoque, vivem três etnias indígenas, que são os Karipuna, Palikur e Galibi Marworno. A TI foi homologada pelo decreto nº 298 de 1991 e foi um importante passo para a preservação do território por parte dos grupos da região, pois havia grande preocupação com a manutenção dessa localidade com a rodovia Br-156 já construída no território.

A TI tem cerca de 470.000 hectares e mantém a vida das três etnias que povoam essa terra. Nela os Palikur, Karipuna e Galibi Marworno realizam as suas interações com o meio ambiente, relação que marca e afirma suas identidades e culturas. Nessas relações, cada povo se articula de forma diferente no meio em que vive, o que constitui uma gama de conhecimentos e práticas sobre o meio ambiente que vai desde o início da ocupação feita por eles na região até hoje.

---

<sup>5</sup> BASTOS, Cecília Maria; BRITO, Domingos Chaves; GARCIA, Simone Pereira. Território e questões ambientais na terra indígena Uaçá – Oiapoque/AP. In. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas* (Macapá), n. 7, p. 149-169, 2015. P. 154

Sobre os Palikur, Vidal<sup>6</sup> afirma que fazem parte do tronco linguístico aruaque, sendo antigos ocupantes destes territórios e tendo registros sobre eles ainda no século XVI, quando o navegador Vicente Pinzón registrou contato com indígenas *Parikura*. A partir do século XIX são encontrados em abundância ao longo dos rios Curipi e Urukauá, sendo também encontrados na região da Guiana Francesa e mantendo relações com seus parentes que vivem do outro lado da fronteira.

A partir da década de 1960 passaram a seguir a religião pentecostal, seguindo a doutrina até hoje. Nas margens do Urukauá foi fundada uma grande aldeia pelos Palikur chamada de Kumenê. Além dessa, outras menores também foram criadas a margem desse rio, um exemplo de aldeia que está situada a margem da BR-156 é a Ywaká<sup>7</sup>.

Os Karipuna, conforme afirma Tassinari<sup>8</sup>, são um grupo bastante heterogêneo, tendo sua história marcada por laços formados pelos indígenas com famílias não indígenas do salgado paraense. Foram nomeados por viajantes do século XIX como *Garipons e Caripounes*, presentes nos rios Uanarri, Curipi e Uaçá, no Oiapoque. Também foram identificados como Karipuna pela Comissão Rondon que passou pela região em 1927<sup>9</sup>, tais registros apontam uma longa trajetória de ocupação desse grupo na região.

O grupo se colocou as margens do Rio Curipi, onde se estabeleceram e constituíram suas sociabilidades. Falam Português e Patuá e se dividem entre as várias aldeias existentes nas TI's Uaçá, Juminã e Galibi. As mais populosas estão a margem do Rio Curipi e existem mais cinco ao longo da BR-156, que são Pikiá (km 40), Curipi (km 50), Kariá (km 60), Ahumã (km 68) e Estrela (km 70)<sup>10</sup>.

Os Galibi Marworno são um grupo de origem heterogênea, sendo descendentes de povos Caribe e Aruaque, como os *Galibi, Aruã e Maruane*. Até a atuação do SPI na região, na década de 1940, se autodenominavam “Gente de Uaçá” e após serem identificados como de origem Galibi passaram a utilizar essa denominação. Nas décadas de 1980/90, receberam

<sup>6</sup> VIDAL, Lux Boelitz. *Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Iepé, 2007. P.16

<sup>7</sup> SANTOS, Karina dos. *Aspectos históricos contemporâneos da Terra Indígena Uaçá: As aldeias da BR-156*. Trabalho de conclusão de curso, Unifap, 2012. P. 3

<sup>8</sup> TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *No Bom da Festa: O Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Editora da USP, 2003.

<sup>9</sup> Idem, 2007, p.17.

<sup>10</sup> SANTOS, op. cit., p. 4.



recomendações do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) para se definirem como Galibi Marworno para se diferenciarem dos Galibi do Oiapoque, do qual não tem origem comum<sup>11</sup>.

Com o tempo, os Galibi Marworno foram ocupando as margens do Rio Uaçá, onde ainda estão a maioria. São falantes da língua portuguesa e do Patuá, sendo que a maioria vive na aldeia Kumarumã, as margens do Rio Uaçá. Também vivem em três aldeias ao longo da BR-156, que são as chamadas Samaúma (km 83), Tukay (km 92) e Anauerá (km 102) que fica nos limites da TI.<sup>12</sup>

Os três povos habitantes da Terra Indígena possuem trajetórias diferentes, suas origens variam e as suas configurações sociais não são as mesmas. Porém, eles compartilham dos mesmos problemas quando se trata da preservação de seu território e buscam elaborar estratégias para lidar com os empreendimentos que ameaçam suas terras. Desta forma, estabeleceram as associações para configurar uma unidade entre eles e se fortalecerem nas discussões e reivindicações em torno das suas pautas comuns, seguindo um movimento que se deu em todo o país.

No âmbito nacional, já havia na década de 1970 um crescente movimento de lutas e reivindicações por parte dos indígenas, que se articulavam através das assembleias. Sobre elas, Peres<sup>13</sup> nos informa que “Foram organizadas 53 assembleias indígenas no período de 1974-84”, onde tinham o objetivo de se entender e unificar como “Índios” na busca pela legitimidade e unidade política; pensando no que fortemente os definiria. O alto número de assembleias demonstra a preocupação destes povos em se organizarem politicamente para articular as lutas pelos seus interesses.

Esse período é marcado pela ativa mobilização do CIMI (Conselho indigenista missionário) do qual promoveu o patrocínio das primeiras assembleias. A fase que vai até a

---

<sup>11</sup> GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: Iepé, 2003. P. 14.

<sup>12</sup> SANTOS, op. cit., p. 3.

<sup>13</sup> PERES, Sidnei Clemente. 2003. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo no Baixo Rio Negro*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. P. 41.



Constituição de 1988 é caracterizada por Matos<sup>14</sup> como *pan-indígena*, determinando o início das primeiras comunidades formadas. Sobre isso, Matos afirma que esse movimento:

resultou na formação de uma comunidade e de uma identidade supra-étnicas, constituídas como referências para a articulação do movimento e a criação da União das Nações Indígenas (UNI), organização indígena de caráter regional.<sup>15</sup>

A formação da unidade em torno das organizações de caráter regionais e nacionais afirmam a apropriação desses povos de um modelo político novo para eles. As crescentes mobilizações no país estavam ligadas diretamente ao contexto político não indígena, que tratava os grupos indígenas sem nenhuma distinção. Desta forma, tornou-se necessária a discussão e união desses vários povos diferentes entre si, que compartilhavam de problemáticas que se davam pela sua caracterização genérica de indígena.

Com o avanço das discussões, a constituição de 1988 garantiu vários direitos aos povos indígenas do Brasil, como o da possibilidade da sua representação jurídica por meio de associações indígenas<sup>16</sup>. Com esse contexto o número de associações se multiplicou em todas as regiões do país, aumentando a representatividade e a preocupação dos associados em ampliar o seu envolvimento no meio jurídico na luta por seus direitos garantidos por lei.

Nesse contexto de crescimento do número de associações no país é fundada a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, em 1992. A organização foi considerada por muito tempo a mais importante da região, pois abrangia as quatro etnias da cidade (Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kaliña). Essa abrangência estava de acordo com as mobilizações do período, que unificavam todos os povos como indígenas para lutarem por pautas comuns, como saúde, educação e a preservação dos territórios em que viviam.

A APIO atuou inicialmente no contexto de organização de assembleias e das discussões das pautas indígenas, além de ser um porta voz nas relações com os órgãos governamentais ao se tratar de problemas de competência do governo. Houve inúmeras tentativas de diálogos e acordos sobre a obra da BR-156 com o governo e instituições, o que

---

<sup>14</sup> MATOS, Maria Helena Ortolan. *Rumos do movimento indígena contemporâneo: experiências exemplares do vale do Javari*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/Unicamp. P. 35

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 35

<sup>16</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, Cap. VIII, artigo 232.



demonstra a preocupação dos indígenas para resolver esse conflito de maneira pacífica e organizada.

### **A Rodovia BR-156**

A construção do empreendimento foi pensada a partir do ideal de desenvolvimento urbano, pautada na ideia de integrar a região e povoá-la. Sobre esse aspecto, percebe-se que os impactos causados pela obra foram e são sentidos até os dias atuais, sendo motivo de diferentes conflitos e discussões entre os vários grupos que compõem a população amapaense, o que inclui os indígenas.

No período que corresponde a construção da rodovia se desenrolaram diferentes debates em torno das questões territoriais. Desde a década de 1970 os indígenas buscaram dialogar com o governo em um movimento que ora era conflituoso, ora pacífico. Suas exigências eram sempre pretendendo preservar suas terras, pois era iminente o perigo de perderem seus territórios por meio dos avanços desenvolvimentistas que se aproximavam cada vez mais da região que habitavam.

Nos anos 2000, já com a TI Uaçá homologada, as discussões e assembleias ganharam força e as exigências por parte dos indígenas se fizeram ainda mais presentes. Um evento marcante foi o I Fórum Socioambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque em 2004, que contou com a participação de associações, instituições indigenistas, ONGs, governos federal e estadual, além de um grande número de indígenas. O objetivo do Fórum, segundo o seu relatório, era “firmar compromissos com o Governo e demais parceiros para com as propostas indígenas de compensação e mitigação do impacto da BR -156”. Tal proposta demonstra uma forte organização por parte dos indígenas para dialogar com o governo e cobrar melhorias no trato com as suas terras.

No Fórum, os indígenas exigiram uma maior participação nas discussões em torno da obra e a contratação de agentes ambientais indígenas para acompanharem os trabalhos técnicos das empresas contratadas na rodovia. As reivindicações são fruto de inúmeros impactos sentidos pelos grupos que vivem na região, que resultou na tentativa de determinarem as diretrizes das obras de acordo com os seus interesses, visando diminuir urgentemente os impactos causados pelo empreendimento. Além disso, o fórum trouxe diferentes debates e questionamentos em torno do avanço desenvolvimentista sofrido na região, demonstrando que



os índios do Oiapoque conhecem a conjuntura em que vivem e por isso criam táticas para fazerem suas exigências serem ouvidas.

As parcerias foram tomando corpo após esse evento, em 2005, o DNIT, APIO e Funai apresentaram uma proposta de convenio para formalizar e oficializar os compromissos firmados anteriormente. Tal proposta tinha por finalidade a implementação do “Programa de Compensação Socioambiental, Econômica e Cultural de apoio aos Povos Indígenas de Oiapoque que habitam área de influência da BR-156, trecho Ferreira Gomes- Oiapoque/AP”. O projeto visava a execução de atividades de compensação e mitigação entre os anos de 2005 e 2010 e tinha por base as discussões feitas entre 2003 e 2005 pelos indígenas do Oiapoque por meio das suas associações, assembleias, Fórum Socioambiental juntamente com os órgãos, ONGs e empresas envolvidas no processo.

O programa tinha por justificativa a possibilidade de diminuir impactos e beneficiar os indígenas do Oiapoque a curto, médio e longo prazo. Ainda colocava como primordial a união de forças para a preservação dos territórios por meio de procedimentos gerais, que iriam propiciar melhorias nas áreas de saúde, educação, administração, tecnologia, comunicação, capacitação, desenvolvimento e geração de renda, fazendo uso sustentável dos recursos naturais e com ações específicas nas aldeias localizadas em torno da BR-156.

Nesse período percebe-se uma atuação forte dos indígenas na elaboração das diretrizes legais para o desenvolvimento de atividades referentes a rodovia. Isso demonstra que algumas exigências presentes no Fórum foram atendidas em curto prazo, favorecendo uma melhor intermediação de interesses entre a APIO e o governo no decorrer das obras de pavimentação da Br-156. Tal fato trouxe esperanças para os indígenas do Uaçá de diminuição dos impactos causados pela rodovia, que já eram bastante sentidos pelos moradores da região.

Tratando desses impactos, o relatório de violência contra os povos indígenas de 2003-2005 relatou um processo de desmatamento ao longo da BR-156 que causou grande preocupação entre os órgãos estaduais e indígenas. Ao relatar esse avanço, o relatório apontou impactos previstos a esse contexto, como a chegada desse desmatamento às reservas indígenas, inclusive as que não ficam em torno da rodovia. Essa foi uma das maiores preocupações em torno da obra, pois os indígenas têm noção que “a pavimentação e a construção de estradas



consistem no principal determinante dos futuros padrões de desmatamento da bacia Amazônica”.<sup>17</sup>

Nesse momento a APIO já não era a única organização representativa dos indígenas no Oiapoque e podia dividir as preocupações em torno das obras e das parcerias firmadas até aquele momento. Em 2007, por exemplo, foi instituído um Termo de Compromisso entre o Governo do Estado, DNIT, FUNAI e indígenas do Oiapoque representados pela CPIO (Comissão dos Povos indígenas do Oiapoque), que fazia o mesmo papel representativo da APIO em outros momentos.

O termo tinha o objetivo de assegurar que as atividades de mitigação, compensação e indenização fossem efetivadas na região. Nele os indígenas deixaram claras as suas preocupações e exigências nos seis subprogramas de apoio, que eram: Gestão Administrativa; Proteção e Fiscalização Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Etnoeducação e Cultura; Saúde Indígena e Indenização aos Povos Indígenas do Oiapoque.

Nos tratos firmados as reivindicações das lideranças indígenas se apresentam de acordo com o contexto geral das mudanças que a rodovia causou e ainda pode causar na região, já que as rodovias “causam não só o impacto direto da sua implantação, mas também aumento populacional e desmatamentos secundários”<sup>18</sup>. Nesse sentido, se entende que a rodovia poderia aumentar a população em torno dela, o desmatamento, além de aumentar a especulação sobre as terras que estão ao seu redor, sendo possíveis impactos que uma rodovia como a BR-156 poderia causar na região.

Em março de 2008 foi organizada uma assembleia extraordinária na Aldeia Manga com a presença das organizações indígenas, representantes da FUNAI e CIMI para discutir o andamento da implementação das medidas mitigatórias e compensatórias da rodovia. Representantes do DNIT e SETRAP não compareceram sob o pretexto de suas seguranças estarem em perigo. Essa atitude evidenciou um conflito de ideias entre as partes envolvidas,

---

<sup>17</sup> SOARES-FILHO BS, NEPSTAD D, CURRAN L, CERQUEIRA G, GARCIA RA, RAMOS CA, et al. Cenários de desmatamento para Amazônia. *Estudos Avançados*; v. 19, n. 54, 138-152, 2005. P. 139

<sup>18</sup> DODDE, Paula Arrais Moreira. Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012. P. 33



demonstrando que os órgãos governamentais não estavam cumprindo com o que haviam prometido, desrespeitando os indígenas e os tratando como agressivos.

Da assembleia foram redigidas cartas direcionadas a diferentes órgãos tratando das medidas que tinham sido tomadas recentemente e que não eram apoiadas pelos indígenas. Em nota repudiaram a atitude dos representantes do DNIT e SETRAP que não compareceram na assembleia, afirmando que se sentiam desrespeitados e que não eram contrários a obra, como afirmam:

Salientamos enfaticamente que nós, Povos Indígenas do Oiapoque, não somos, em absoluto, contrários à pavimentação da BR-156. Temos plena consciência dos benefícios que esse empreendimento trará à comunidade oiapoqueense, às comunidades indígenas e ao desenvolvimento do Estado. O que queremos é que nossos direitos constitucionais e nossa dignidade sejam respeitados e que sejam considerados, ao longo desse processo, os impactos negativos que o empreendimento já vem causando e continuará a causar a nossas comunidades<sup>19</sup>.

Tal nota resume o posicionamento dos indígenas sobre a situação até aquele momento, colocando que não querem abrir mão de seus direitos e não aceitam a ideia de que eles são o motivo das obras estarem atrasadas. Também foi enviada uma carta ao Ministério Público Federal pedindo a suspensão de uma licença concedida pelo IBAMA para a pavimentação da rodovia, medida que deixou os indígenas surpresos no período. Justificaram o pedido ao MPF afirmando que desde o ano 2003, mesmo com os acordos e discussões feitos, sentiam que os seus direitos constitucionais não estavam sendo respeitados por parte do DNIT, pois as promessas feitas anteriormente não estavam sendo cumpridas.

Em abril de 2008 ocorreu nova reunião convocada pelo Ministério Público Federal na Aldeia Manga, que teve participação das associações, Funai, DNIT, Governo do estado, IBAMA. Foi colocado novamente pelos indígenas a ineficiência dos convênios feitos, afirmando que muito pouco tinha sido feito até aquele momento e queriam que os órgãos responsáveis se pronunciassem sobre isso. Ainda sugeriram o nome da Dra. Lux Vidal e sua equipe para a realização de um estudo etnoecológico na região para diagnósticos de demandas sobre a obra de pavimentação da rodovia, já que anteriormente os indígenas só aceitariam um estudo feito por pessoas de sua confiança. As ações sobre a BR-156 foram paralisadas após a

---

<sup>19</sup> APIO. Carta à Imprensa. Oiapoque. Aldeia Manga, 14 de março de 2008. P. 1



discussão e só retornariam com o término dos estudos ambientais, ficando apenas as atividades emergenciais.

Ainda nessa reunião foi definida a criação de um grupo de trabalho para a realização de obras emergenciais para serem feitas antes do estudo etnoambiental. Esse GT seria composto representantes de órgãos do governo, MPF, FUNAI, SETRAP, DNIT e CPIO, demonstrando mais uma tentativa de acordo e parceria para resolver os problemas referentes ao território e a rodovia por parte dos indígenas. Tanto na reunião, quanto nos pronunciamentos feitos por meio das cartas percebe-se uma frustração dos representantes dos índios por perceberem que os acordos não estavam sendo cumpridos, o que os fez cobrar com veemência as promessas feitas desde 2003 dos órgãos responsáveis pelas obras.

Também nesse período é criado o Comitê Gestor do programa indígena da BR-156 (COGEPI), composto por indígenas e instâncias governamentais para articular as discussões específicas sobre a rodovia. A atuação do comitê se baseou em tentar articular estratégias para garantir que os seus direitos fossem garantidos no processo das obras e de retirada das aldeias em torno da BR-156, porém, naquele momento não houve muitos avanços nesse respeito.<sup>20</sup>

Em 2009 é publicado o Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque, que se originou de oficinas realizadas pela APIO com o apoio de entidades parceiras, como a FUNAI, TNC, Iepé e outras. As discussões presentes no documento têm a ver com o diagnóstico de um conjunto de problemas que afetam os indígenas do Oiapoque, ocasionados pela inadequação das políticas públicas envolvendo os povos dessa região. Em suma, a iniciativa do Plano de Vida se justificou pelo fato da possível implantação de três grandes projetos que causariam grandes impactos na região, que eram: Linha de Transmissão da Eletronorte no trecho LT Calçoene-Oiapoque sobre a TI Uaçá; Pavimentação da BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque; e a Ponte Binacional, ligando o Brasil à Guiana Francesa.

Dentro desse contexto, se percebe que as organizações indígenas estão presentes nas discussões e cientes dos projetos que podem causar danos aos seus territórios. Como mostra o Plano de Vida, a BR-156 é apenas uma preocupação entre várias que os indígenas têm sobre o seu território. As lideranças afirmam que não são contra os projetos, mas reivindicam seus direitos e querem que sejam respeitados todos eles. No decorrer dos processos de debate,

---

<sup>20</sup> SANTOS, op. cit., p. 21.



localizamos inúmeras tentativas de acordos para que as obras tivessem maior fiscalização por parte dos indígenas e que as suas exigências fossem consideradas.

No ano de 2009 a APIO encerrou suas atividades, finalizando uma longa trajetória de lutas e representação que durou aproximadamente 15 anos. Com isso, os integrantes da APIO passaram a compor as pautas mais específicas de cada etnia e categoria da região, pois nesse momento já haviam outras associações indígenas no Oiapoque. Nas pautas mais gerais, como da questão territorial, todas as associações se faziam presentes nas assembleias, sendo que a CCPIO passou a assumir as organizações por causa da sua maior abrangência. Seguem alguns exemplos de associações que seguiram ativas após a APIO:

- Associação Galibi-Marworno (AGM) – 2002;
- Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO) – 2005;
- Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM) – 2006;
- Conselho dos Caciques das Terras Indígenas do Oiapoque (CCPIO) – 2006.

Em 2010 começam a surgir as discussões em torno da criação do Programa de Gestão dos Povos Indígenas do Oiapoque (PGTA). Foi uma tentativa de criar um programa com base nas discussões ocorridas nos anos anteriores e nas regras de uso dos recursos naturais. Essa articulação iniciou na assembleia anual de avaliação dos povos indígenas do Oiapoque e visava a realização de ações de curto, médio e longo prazo para lidar com os impactos que seriam causados pelos projetos de infraestrutura na região. Dessa forma, as preocupações continuaram sobre a rodovia e as organizações continuaram presentes buscando o diálogo com as diferentes instancias governamentais.

### **Considerações finais**

Os indígenas do Oiapoque, por meio da APIO e demais associações, buscaram se organizar, dialogar para garantir que seus direitos fossem garantidos e participar da elaboração das diretrizes referentes a rodovia Br-156. Essas atitudes evidenciam a preocupação existente desses povos em proteger seus territórios, além de enfatizar o alto poder de articulação que eles têm, indo de encontro com os estereótipos de violentos e desorganizados atribuídos a eles.

As atuações sobre a rodovia evidenciam grande preocupação das lideranças sobre os impactos já causados pela BR-156 e os que ainda podem aparecer no futuro com as obras finalizadas. As rodovias são obras que marcam uma gradativa especulação sobre as terras que



o cercam, fazendo com que os indígenas se organizem para eles mesmos fiscalizarem as suas terras para que nada de ilícito aconteça na região por causa da rodovia. Isso evidencia um grande conhecimento e um poder de organização muito forte desses povos que sentem a necessidade de proteger suas terras.

Nesse sentido a historiografia tem nos mostrado que os povos indígenas do Brasil têm se mostrado organizados e ativos nas lutas pelas suas demandas. Contudo, por se apresentarem como povos que estabelecem suas reivindicações pela aplicação de seus direitos, os indígenas caminham para um diálogo que garante uma melhor atenção por parte da sociedade brasileira.

Dessa forma, o movimento indígena se vê carregado de motivações para alçar voos maiores em uma luta que não cessa, como diz Daniel Munduruku<sup>21</sup> “enquanto houver luta, haverá movimento indígena”, assim firmando um enorme compromisso com as gerações futuras, não somente de indígenas, mas principalmente de não indígenas, que precisam estar cientes do que os cerca para compreender o que se apresenta como diferente.

## **Bibliografia**

BASTOS, Cecília Maria; BRITO, Domingos Chaves; GARCIA, Simone Pereira. Território e questões ambientais na terra indígena Uaçá – Oiapoque/AP. In. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas** (Macapá), n. 7, p. 149-169, 2015.

BASTOS, C. M. C. B; GARCIA, S. P. Políticas Indigenistas e Representações Sociais dos Povos Indígenas do Oiapoque na Fronteira do Amapá. Organização Adilson Júnior Ishihara Brito, Carlo Romani, Carlos Augusto. **Limites Fluentes: Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII – XXI)**. 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

COHN, Clarissa. Dossiê Nação Indígena: Somos índios: A saga de um povo desconhecido. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 91, p. 18-20, abr. 2013.

DODDE, Paula Arrais Moreira. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

---

<sup>21</sup> COHN, Clarissa. Dossiê Nação Indígena: Somos índios: A saga de um povo desconhecido. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 91, p. 18-20, abr. 2013. P.20.



GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** São Paulo: Iepé, 2003.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política**. v. 20, nº 43, Out. 2012, p. 59-80.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena contemporâneo: experiências exemplares do vale do Javari**. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/Unicamp.

MONTEIRO, Jonh Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: Adauto Novaes (org.) **A outra margem do Ocidente**, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. P. 81-101

PERES, Sidnei Clemente. 2003. **Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo no Baixo Rio Negro**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.

RENATO, M. S. **Das comunidades a federação: associações indígenas do Alto do Rio Negro**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.

SANTOS, Karina dos. **Aspectos históricos contemporâneos da Terra Indígena Uaçá: As aldeias da BR-156**. Trabalho de conclusão de curso, Unifap, 2012.

SOARES-FILHO BS, NEPSTAD D, CURRAN L, CERQUEIRA G, GARCIA RA, RAMOS CA, et al. Cenários de desmatamento para Amazônia. **Estudos Avançados**; v. 19, n. 54, 2005.138-152.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No Bom da Festa: O Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

VIDAL, Lux Boelitz. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Iepé, 2007.